



MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Perri implanta gestão por competências

Objetivo é atingir a eficiência na prestação de serviços e, ao mesmo tempo, melhorar clima organizacional e qualidade de vida dos servidores.

Páginas 4 e 5

Lei da Palmada

Magistrada esclarece a população sobre lei que causou polêmica

Página 6

Eleições TJMT

Pela 1ª vez na história todos os desembargadores podem ser candidatos

Página 2

Corregedoria

Celeridade Já' movimentada 802 mil processos

Página 3

E ainda:

Programa Judiciário Voluntário, Outubro Rosa, livros e a história da servidora destaque.

Editorial

A cada biênio, o mês de outubro é marcado pela eleição da nova diretoria do Tribunal de Justiça. Neste ano, a eleição acontece no dia 16 de outubro, com muitas novidades, como a redução em um mês da atual gestão, presidida pelo desembargador Orlando Perri. As demais informações sobre o novo modelo de eleição para presidente do TJMT você encontra nesta página.

Outubro também é mês de intensificar as campanhas de combate ao câncer de mama. O Poder Judiciário é parceiro desta importante iniciativa e o Digoreste traz nesta edição algumas dicas sobre prevenção e diagnóstico precoce da doença.

Nas páginas 4 e 5 o informativo mostra a excelente aceitação da gestão por competência, que está sendo implantada na gestão do desembargador Orlando Perri. Trata-se de uma moderna ferramenta de Recursos Humanos, que vai trazer inúmeros benefícios para os servidores e para a instituição.

A juíza Ângela Gimenez é a entrevistada desta edição, com importantes esclarecimentos sobre a Lei da Palmada. Ela explica os aspectos culturais da palmada e as consequências para os pais que são denunciados por agressão física aos filhos.

Esta e outras novidades você confere nesta edição.

Boa Leitura.

Direto aos Fatos

Saúde

O Tribunal de Justiça firmou contrato com a Sul América Seguros para oferecer aos servidores mais uma opção de plano de saúde. Além da abrangência nacional, o plano não tem limite de consultas e exames, e inclui cobertura em hospitais de alto custo.

Gestão participativa

O presidente do TJMT, desembargador Orlando Perri, não perde uma oportunidade de conversar com os servidores da 1ª Instância. Sempre que há cursos na Escola dos Servidores ele aparece de surpresa para trocar ideias e ouvir dos servidores as sugestões de melhorias nas comarcas.

Meio Ambiente

Com o objetivo de conscientizar servidores e jurisdicionados sobre a importância de separar os resíduos e destiná-los à reciclagem, dez conjuntos de lixeiras para coleta seletiva foram instaladas nas dependências do TJ, em lugares estratégicos onde há maior circulação de pessoas.



Ascom/TJMT

Democracia

Aprovado novo modelo de eleições para presidente do TJ

O novo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não será mais eleito pelo critério de antiguidade, conforme previa o Regimento Interno, nos artigos 47 e 49. A partir de agora, todos os desembargadores que não ocuparam por duas vezes cargos de direção poderão se candidatar para presidir o Judiciário Estadual. A mudança foi aprovada pela maioria dos desembargadores durante sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 18 de setembro.

Outra decisão aprovada pelo Pleno diz respeito ao mandato do atual presidente do TJ, desembargador Orlando Perri, que será reduzido em um mês. A gestão, que iria terminar no dia 28 de fevereiro, será encerrada em 31 de janeiro de 2015. A proposta partiu do próprio presidente e foi acatada pela maioria



Ascom/TJMT

dos membros.

A posse do novo presidente será em fevereiro de 2015, e não em março como nas gestões anteriores. Esse presidente vai conduzir o Poder Judiciário de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016. E seu sucessor assumirá em 1º de janeiro de 2017 em uma gestão de dois anos. A mudança foi necessária para que os futuros gestores encerrem seus mandatos a cada dois anos inteiros, em dezembro, facilitando assim a prestação de contas para os órgãos fiscalizadores.

As novas regras já valem para a eleição deste ano, que será realizada na terceira quinta-feira do mês de outubro, ou seja, no dia 16/10/2014, quando a sessão é administrativa.

Os desembargadores escolherão o novo presidente por meio de cédula única e secreta de acordo com cada cargo. Quem não estiver no dia poderá votar por meio de carta. Se houver empate a Emenda Regimental estabelece que será eleito o magistrado com maior tempo no Judiciário.

Proposição - Para o presidente do TJ, relator da Proposição nº 14/2014, a decisão traz uma maior democratização ao Poder Judiciário, tendo em vista que dá a todos os integrantes da Corte o direito de concorrer à Presidência. "O que decidimos são posições já tomadas em outros tribunais, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se ampliou o quadro de elegíveis. É muito mais salutar, permite que todos possam exercer cargo de direção, segundo a sua vocação, segundo o seu perfil".

Pelas Comarcas

'Celeridade Já' movimentou 802 mil processos



Dar mais agilidade ao trâmite processual, para levar ao cidadão um serviço mais eficiente e de qualidade. Com esse objetivo, a Corregedoria-Geral da Justiça lançou em agosto de 2013 o mutirão processual 'Celeridade Já'. Hoje, pouco mais de um ano depois, 802 mil processos que tramitavam em 80 secretarias judiciárias consideradas críticas em termos de acúmulo de processos foram impulsionados, superando as metas estabelecidas inicialmente.

O corregedor-geral da Justiça, de-

sembargador Sebastião de Moraes Filho, comemora o resultado. "Milhares de processos foram movimentados e isso repercutiu na entrega da prestação jurisdicional de forma célere e de qualidade como queríamos. Um resultado alcançado com esforço de todos e que beneficiou a sociedade".

Ao ser deflagrado, o 'Celeridade Já' tinha previsão de durar quatro meses e percorrer 40 secretarias judiciárias, distribuídas por diversas comarcas. A meta era movimentar 240 mil processos, mas como ela foi superada, com o impulsionamento de 265 mil feitos, a Corregedoria optou por ampliar o programa.

Com isso, em 17 de fevereiro de 2014 foi lançada no Fórum de Cuiabá a segunda fase do 'Celeridade Já', que movimentou 537 mil processos de 40 unidades judiciárias do Estado. Assim

como na primeira etapa, os trabalhos se concentraram nas atividades de registro, autuação e juntada, bem como na expedição de documentos, publicação de matéria para imprensa e arquivamentos.

Adesão - O corregedor-geral da Justiça sugeriu que juízes e gestores judiciais de todas as 79 comarcas do Estado também aderissem ao 'Celeridade Já'. Foram fixadas cinco metas a serem cumpridas pelos magistrados e servidores: deveriam ser impulsionados 70% dos processos que estavam aguardando expedição de documentos, 50% daqueles que necessitavam de juntadas, 100% dos processos que aguardavam arquivamento, 100% dos feitos que necessitavam publicação e 100% daqueles que deveriam ser remetidos ao TJMT.



Conheça as comarcas beneficiadas

Alta Floresta
Alto Garças
Araputanga
Barra do Bugres
Barra do Garças
Cáceres
Chapada dos Guimarães
Comodoro
Cuiabá
Guarantã do Norte
Feliz Natal
Jaciará
Juara

Juscimeira
Nobres
Nova Monte Verde
Nova Mutum
Nova Ubitatã
Paranaíta
Paranatinga
Poconé
Porto Alegre do Norte
Poxoréu
Primavera do Leste
Querência
Ribeirão Cascalheira

Rondonópolis
São Félix do Araguaia
São José dos Quatro Marcos
São José do Rio Claro
Sinop
Sorriso
Tangará da Serra
Tapurah
Terra Nova do Norte
Várzea Grande
Vera



Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015

Presidente

Orlando de Almeida Perri

Vice-presidente

Márcio Vidal

Corregedor-Geral da Justiça

Sebastião de Moraes Filho

Produção

Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT

Edição

Mariane de Oliveira

Redação

Nadja Vasques, Janã Pinheiro e Keila Maressa

Participe

Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br

Gestão por competências valoriza o servidor

Com a palavra o servidor!

Fotos: Ascomy/TJMT



“**A** implantação da gestão por competência possibilita que nós, servidores do Judiciário, possamos desenvolver nosso trabalho com maior motivação e eficiência, uma vez que exercendo a atividade profissional de acordo com o perfil de cada um potencializamos nossa produtividade, gerando uma grande satisfação pessoal.”

Marcela Cavalcante de Ávila, gestora judiciária na Comarca de Diamantino.



“**A** gestão por competência possibilitará melhor qualidade de vida ao servidor no ambiente de trabalho. Nosso conhecimento e habilidades, após serem identificados, poderão ser direcionados para a área que melhor se adapta ao nosso perfil. Desempenhar atividades com satisfação e autonomia aumenta o nosso bem estar.”

Sandra Cristina Coutinho, técnica judiciária e gestora geral da Comarca de Primavera do Leste.



Por meio do reconhecimento que está sendo realizado para os servidores, através das avaliações, produtividade, o Tribunal de Justiça ganha muito e nós muito mais, pois é pela implantação da Gestão por Competência que será identificado se o servidor está na área que tem domínio, cargo certo, se está desenvolvendo um bom trabalho ou não. Para mim é uma conquista muito grande, pois estarei sendo reconhecida pelo meu trabalho, pela minha dedicação no que faço.”

Eliane Ruff Rebelatto, gestora geral da Comarca de Água Boa.

Gestão por competências valoriza o servidor

Quem é que não fica feliz ao receber capacitação para melhorar o seu desempenho? Um elogio por ter contribuído para a equipe atingir as metas, ou orgulhoso por trabalhar em uma instituição reconhecida pela qualidade dos serviços prestados? É exatamente este o foco da chamada Gestão por Competências, um instrumento que vem sendo cada vez mais utilizado pelo setor público e que agora está sendo implantado no Poder Judiciário de Mato Grosso, pelo presidente Orlando Perri.

O objetivo é atingir a eficiência na prestação de serviços à sociedade, melhorando o clima organizacional e a qualidade de vida dos servidores.

Como parte da implantação desta moderna ferramenta de Recursos Humanos, o Tribunal de Justiça vem investindo na capacitação dos gestores. Além disso, está promovendo a avaliação por desempenho, que vai identificar qual o perfil de cada servidor.

O que é avaliação por desempenho?

A avaliação por desempenho é apenas uma parte da implantação da Gestão por Competências que, ao final, trará grandes benefícios para os servidores. Trata-se de uma ferramenta para se chegar a um diagnóstico dos nossos pontos fracos e de onde podemos melhorar.

É como um exame de sangue, que aponta ao paciente quais são seus índices de colesterol ou triglicérides, por exemplo. De nada adianta o exame, se o paciente não for medicado e não adotar a alimentação correta para atingir os índices

necessários à correção do problema. Da mesma forma, de nada adianta a avaliação, se não tomarmos medidas para melhorar o desempenho do servidor.

A administração do Tribunal de Justiça ressalta que o objetivo da avaliação por desempenho não é punir o servidor que apresentar baixa qualificação para a função, mas identificar seus pontos fortes e os quesitos que precisa desenvolver, para que a instituição possa investir na capacitação direcionada àquele objetivo.

Com as informações da avaliação por desempenho, o Tribunal de Justiça vai promover um plano de desenvolvimento dos servidores, identificar quais são as necessidades de capacitação, investir em cursos direcionados para as deficiências encontradas, a fim de que o servidor adquira as competências técnicas e comportamentais necessárias ao desempenho da função confiada a ele.

Modelo reconhece produtividade e dedicação

Este modelo de gestão trabalha o desempenho com foco em competências baseado nos pilares da transparência, da justiça, da meritocracia e do desenvolvimento do servidor. Depois de implantado será possível identificar as competências necessárias para o desempenho de cada função.

“O reflexo é imediato, servidores capacitados geram melhores resultados, melhor prestação jurisdicional à sociedade”, disse o presidente do Tribunal de Justiça,

desembargador Orlando Perri, completando que desde que assumiu a presidência tem estudado maneiras de melhorar a política de Recursos Humanos. “Queremos ser justos com os servidores que suam a camisa, que realmente trabalham.”

Reenquadramento - O reenquadramento precede a progressão horizontal e vertical. “Ele teve início em 2010, porém foi feito em uma tabela da Lei 6.614/94, enquanto a lei em vigência é a 8.814/08, também conhecida como SDCR”, explica a coordenadora de Recursos Humanos, Renata Bueno.

Progressão horizontal – Concluído o reenquadramento, foi dado início aos trabalhos relativos à progressão horizontal. Esta forma de progredir na carreira leva em consideração as qualificações dos servidores (graduação de ensino médio, 120h em cursos de capacitação, graduação em curso de nível superior, pós-graduação Lato-Sensu, mestrado e doutorado) exigidas para ascensão à classe em que se encontra.

Progressão vertical – No período de 25/11/2013 a 19/12/2013 foi realizada a primeira avaliação referente aos 1º e 2º ciclos da avaliação e desempenho, sob a ótica da perspectiva comportamental.



Ascomy/TJMT

Entrevista

“Não existe agressão que possa ser para o bem”

A “Lei da Palmada”, também conhecida como “Lei Menino Bernardo”, que está na Câmara Federal aguardando a análise dos vetos feitos pela presidente da República Dilma Rousseff, levantou uma calorosa discussão no país. Longe de ser um consenso, a lei de um lado tem centenas

de defensores e do outro uma parcela significativa da população que é totalmente contra. Para falar sobre o assunto e esclarecer melhor a proposta da lei, a juíza Ângela Gutierrez Gimenez, da Primeira Vara de Família e Sucessões de Cuiabá, conversou com o Digoreste.

O que muda com a Lei da Palmada?

O projeto de lei é antigo, apesar de ter sido sancionado este ano pela presidente Dilma Rousseff, ele teve início em 2003. A lei vem com um cunho afirmativo, não para punir, mas para reforçar que nós não podemos impingir violência física, nós não podemos educar as nossas crianças e os nossos jovens mediante o uso da violência.



Ascom/TJMT

contrariado, você não bate no açougueiro. Quando as pessoas veem alguém maltratando animais elas ficam indignadas, acham que isso é crueldade (e é mesmo), no entanto,

quando o assunto é bater em criança as pessoas acham que é educação, acham que a palmada ou a agressão física vai ser um fator de imposição de limite.

Como impor limites sem o uso da força, da agressão?

A maioria das pessoas não compreendeu direito a proposta da lei e por isso acaba condenando. É claro que é possível educar sem usar a agressão. Muitos acham que qualquer gesto que fizer, qualquer atitude de educar será punida com a prisão, que é crime, que perdeu a autoridade enquanto pai ou mãe. A questão da criminalização já existe no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. A lei não vem instituir que a criança pode tudo, que o adulto não pode mais impor limite, orientar, repreender. A criança não tem a compreensão do mundo, essa permissividade tem gerado grande sentimento de abandono, não se trata de abandonar e deixar fazer tudo, é preciso

encontrar outras formas.

Que formas seriam?

Quando a criança fizer algo errado, por exemplo, uma alternativa que surte efeito é colocá-la para refletir sobre o que fez, é preciso deixar que ela assuma as responsabilidades por ter agido de forma errada. Privar a criança ou adolescente de alguma coisa que gosta, para entender que essa atitude é um limite, também contribui para educar, sem usar a força física. Outra atitude importante é ressaltar tudo de bom que a criança traz, em vez de flagrar negativamente, é fazer a flagrância positiva, educando pelo positivo e não pelo negativo, ressaltando o que tem de bom.

O que a Lei da Palmada prevê para quem agride crianças?

Prevê acompanhamento para o agressor, tanto psicológico, quanto psiquiátrico. Muitos dos agressores são envolvidos com álcool, drogas e precisam de tratamento. A lei prevê ainda que enquanto sociedade nos organizemos para termos uma formação familiar melhor. Acho que é uma responsabilidade de todos e também do Poder Judiciário. Aqui na Vara de Família temos uma parceria com a faculdade de psicologia da UFMT, um trabalho de orientação aos pais, não somente os que têm processo, mas todos aqueles que queiram ter um espaço de diálogo, para discutir o papel de pai. Ninguém nasce sabendo ser pai ou ser mãe, é preciso aprender.

Bater em crianças é cultural?

Sim. É uma cultura que resulta de séculos no Brasil. Por conta disso, as pessoas acabam aceitando como normal o tratamento violento contra as camadas hipossuficientes, como por exemplo, as crianças e os jovens. Nós temos um processo cultural de “coisificação” das crianças, onde os adultos, os pais, os guardiões, entendem que podem exercer, acima do bem e do mal, qualquer tipo de força contra nossas crianças.

Grande parte das pessoas acha que bater faz parte do processo educacional. A senhora concorda?

Isso é um grande equívoco. Quando nós invadimos o espaço adulto, nós reconhecemos que isso é uma agressão. Quando seu vizinho faz alguma coisa que te desagrada, você não bate no seu vizinho, quando você vai ao açougue e, por alguma razão você é

Bem Viver

É possível vencer o Câncer de Mama

A luta contra o câncer de mama é uma guerra a ser vencida por mulheres e homens do mundo todo. Com base em estatísticas, a Sociedade Brasileira de Mastologia prevê que uma em cada 12 brasileiras terá tumor nas mamas até os 90 anos de idade nos próximos tempos. A boa notícia é que a doença pode ser diagnosticada bem no início evitando grandes problemas ao corpo e mente das pessoas. E quando isto acontece, as chances de cura são de até 95%.

O câncer de mama é um tumor maligno que se desenvolve nas mamas de mulheres e homens como consequência de alterações genéticas. Nestes casos, as células passam a se reproduzir descontroladamente. De acordo com a coordenadora do programa Bem Viver do TJMT, Gissele Lince, não só as mulheres, mas também os homens devem se preocupar com o problema, pois a cada 100 mulheres com câncer de mama, pode ser contabilizado um homem na mesma situação.

A servidora explica ainda que, no Brasil, as taxas de

mortalidade por esta doença são elevadas e a provável causa é a descoberta tardia do tumor.

TJ no Outubro Rosa

Neste mês em que se comemora a luta contra este tipo de câncer, o Poder Judiciário de Mato Grosso abraça a causa Outubro Rosa. “Nós vamos organizar uma série de ações como entrega de laços cor de rosa no TJMT e nas comarcas mais próximas. Vamos oferecer informações sobre como prevenir e detectar a doença e também iremos oferecer informações sobre as estatísticas de câncer para os servidores”, informa a responsável pela campanha no TJMT, Margari da Dower.

O Tribunal vai firmar uma parceria com o MTmamma - Amigos do Peito para vendas de produtos produzidos por voluntárias da instituição. Serão oferecidas camisas, chinelos, entre outros



Prevenção em 5 dicas

- 1 - Realizar exercícios físicos e fazer dietas equilibradas;
- 2 - Ingerir álcool não é recomendado, mesmo em quantidade moderada, já que a bebida alcoólica é fator de risco para este tipo de tumor;
- 3 - Fazer autoexame periodicamente;
- 4 - Evitar alimentos prejudiciais como embutidos, pois os conservantes se transformam em compostos cancerígenos no estômago;
- 5 - Comer churrasco com moderação, tendo em vista que a fumaça do carvão tem alcatrão e hidrocarboneto, componentes cancerígenos que impregnam na refeição.

A Coordenadoria de Comunicação do TJMT vai divulgar as causas da doença aos servidores por e-mails, matérias no Portal, na TVJus e na rádio web Estação TJ, além de postagens nas redes sociais (Facebook, Twitter e Youtube). Seguindo a tradição, no dia 18 de outubro (Dia D do Outubro Rosa), todos os servidores serão convidados a vestir roupas cor-de-rosa e enviar fotos para a Coordenadoria de Comunicação como um ato de conscientização.

Profissão Servidor

Nome - Érica Sara Sodré Bortoloti Narloch
Nascimento - 29/04/82
Cargo - Analista Judiciária/Gestora Judiciária

Comarca onde trabalha - Rondonópolis
Casada - Sim
Tempo de Judiciário - 9 anos e 7 meses
Setor que já trabalhou?
 Conciliadora do Juizado Especial Criminal da Comarca de Juscimeira, em 2005. Trabalhei ainda na assessoria da Primeira Vara de Família e Sucessões de Rondonópolis, entre 2006 e 2012.

Setor que trabalha?
 Segunda Vara de Fazenda Pública
O que mais gosta de fazer no seu trabalho?

Gerir as atividades da secretaria,

preocupando-me com a celeridade da tramitação dos processos, a fim de que a prestação jurisdicional seja entregue aos jurisdicionados de maneira satisfatória.

Quais os principais desafios?

Trabalhar de acordo com as metas e prazos estabelecidos, contando com um grande fluxo de processos e uma equipe reduzida de servidores.

Você foi escolhida servidora destaque de 2014. Qual a importância dessa homenagem?

Imensa importância. Sabemos que os servidores são guerreiros, já que são incumbidos de muitas funções em torno da atividade judiciária. Sermos reconhecidos porque prestamos um bom serviço é um



estímulo para continuarmos nessa atividade, além de sentirmos que somos vistos “além do uniforme”, palavras da nossa magistrada doutora Maria Mazarelo Farias Pinto, a quem renovo meus agradecimentos.

Qual o segredo para fazer um bom trabalho?

Na verdade, não sinto que tenha feito sozinho algo a mais para merecer a homenagem. Reconheço,

todavia, que os servidores lotados nesta Segunda Vara de Fazenda Pública desempenham um excelente trabalho de equipe. Todos nesta vara são parceiros, organizados e empenhados no mesmo objetivo.

Justiça Pra que Te Quero

Voluntário aprende e ajuda a desafogar o Poder Judiciário

O Programa Judiciário Voluntário, implantado pela atual Administração há cerca de dois meses, já trouxe resultados positivos em algumas comarcas. Na Comarca de Rio Branco (356 km a oeste de Cuiabá), que tem como titular o juiz Pierro de Faria Mendes, os voluntários agregaram e fizeram a diferença no cotidiano dos trabalhos. “Essa é, de fato, uma iniciativa louvável”, afirma.

A comarca contava com um voluntário que acabou de se mudar para outro município para continuar a faculdade de Direito. De acordo com o magistrado, o rapaz foi estagiário do Fórum e o interesse em aprender foi tanto que, mesmo sem nenhuma remuneração, quis continuar no Judiciário. “Com certeza ele saiu daqui com uma bagagem e tanto, e para nós a atuação dele foi essencial porque existem coisas simples de se fazer, porém nos tomam muito tempo. O voluntário dá mais agilidade aos trabalhos e adquire muito



conhecimento a partir dessa experiência”, observa o juiz.

O juiz da Comarca de Porto Esperidião (326 km a oeste), Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior, endossa as palavras do colega de Rio Branco. Na sua comarca, um voluntário que já havia trabalhado como terceirizado ajuda os outros seis servidores a desempenharem as atividades cotidianas. “Ele gostou muito de trabalhar lá e voltou como voluntário. Vejo esse programa com bons olhos porque os

voluntários têm vontade de aprender e aprendem rápido, além de fazer a diferença”, destaca.

O magistrado pontua, ainda, que o serviço voluntário na Justiça Estadual também é importante para aqueles que almejam conquistar postos no âmbito judicial. “Como bem salientou o presidente Orlando Perri, o voluntário terá bagagem suficiente até mesmo para pleitear cargos de assessor de juiz. É uma troca de benefícios e experiência”, reforça.

Sem Embargos



Rui Ramos no CNJ

O desembargador Rui Ramos Ribeiro foi convidado pela ministra Nancy Andrighi para atuar na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele irá coordenar ações em nome da região Centro-Oeste do país. “É uma honra muito grande para mim, que escolhi o Judiciário para ser servidor, poder colaborar de um algum modo. Estou à disposição do CNJ, com o compromisso e o desafio de poder representar o Judiciário mato-grossense”, afirmou.

Exemplo

A Cadeia Pública de Barra do Garças foi elogiada pelo representante do CNJ, Albino Coimbra Neto, durante o mutirão carcerário de Mato Grosso. “Estamos vendo o que deveríamos observar em todo o sistema prisional. O envolvimento da sociedade para a construção de um ambiente que propicie a oportunidade do recuperando estudar, desenvolver outras atividades e ter perspectivas para, quando sair do sistema, retomar sua vida de forma correta”, disse o juiz.

Pleno

Desde o dia 11 de setembro, as sessões do Tribunal Pleno do TJMT voltaram a começar às 14h, seguindo propostas oferecidas por grande parte dos desembargadores ao presidente da Instituição, desembargador Orlando Perri. A decisão foi aprovada pela maioria dos desembargadores presentes. O novo horário é válido tanto para as sessões judiciais quanto administrativas.

Programa Judiciário Voluntário

Voltada para pessoas físicas que querem conhecer o serviço desenvolvido pela Justiça e também realizar trabalho filantrópico, a prestação de trabalho é realizada de forma espontânea, sem recebimento de remuneração e a carga horária é flexível.

Esta é a primeira vez que o Judiciário mato-grossense cria a figura do voluntário. A proposta foi apresentada pelo presidente do TJMT, desembargador Orlando Perri, ao considerar a necessidade de estimular a consciência da responsabilidade social, da solidariedade e



da cooperação cívica dos jurisdicionados.

Participação

Para se candidatar o interessado deve procurar as diretorias dos fóruns locais, ser maior de

18 anos e estudante ou graduado nos cursos de direito, administração, ciências contábeis, economia, comunicação social, arquivologia, biblioteconomia, letras, ciências da computação, medicina, odontologia, enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, serviço social, pedagogia, engenharia, arquitetura, ou em qualquer outra área de interesse do Tribunal.